

Madalena Oliveira

**METAJORNALISMO,
QUANDO O JORNALISMO É SUJEITO
DO PRÓPRIO DISCURSO**

Ficha técnica

Título:

Metajornalismo. Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso

Autora:

Madalena Oliveira

Colecção:

Comunicação e Sociedade — n.º 21

Director da colecção:

Moisés de Lemos Martins

Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho

Capa:

Grácio Editor — Fotografia de Andreas Feininger «The Photojournalist»

Coordenação editorial:

Rui Grácio

Design gráfico:

Grácio Editor

Impressão e acabamento:

Tipografia Lousanense

1ª Edição: Abril de 2010

ISBN: 978-989-96375-9-7

Dep. Legal: 306851/10

© Grácio Editor

Avenida Emídio Navarro, 93, 2.º, Sala E

3000-151 COIMBRA

Telef.: 239 091 658

e-mail: editor@ruigracio.com

sítio: www.ruigracio.com

Reservados todos os direitos

Este trabalho resulta, no essencial, da Tese de Doutoramento apresentada com o mesmo título, em 2007, na Universidade do Minho, na área de conhecimento de Ciências da Comunicação (investigação apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia — Ref.ª SFRH/BD/10128/2002.

Esta edição tem o apoio do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS).

ÍNDICE

Prefácio: Jornalismo e sonho de comunidade.....	9
Introdução: Contra a fatalidade histórica do jornalismo.....	15
O mito moderno do poder do jornalismo.....	20
O princípio de imputabilidade e o imperativo ético	26
Metajornalismo: o imperativo político	29
Primeira Parte:	
Do sonho euforizante dos <i>media</i>	
à crise da experiência comunicativa	33
Introdução.....	35
Capítulo 1: A desterritorialização da experiência.....	37
A ficcionalização do real.....	37
O ciberespaço e a sobre-espacialidade	45
A desterritorialização.....	53
Capítulo 2: A efervescência do instante	61
Do tempo e da história do tempo.....	61
Do novo modo de sentir o tempo	66
Sublimação do presente.....	69
Da emancipação do presente ao fim da história.....	77
Da mediação à imediaticidade	81
Capítulo 3: A tecnologização das emoções.....	85
Da sedução e de uma pele tecnológica	85
A televisão, mercadora de emoções	88
Jornalismo compassivo	90
Olhando a morte dos outros	97
O erotismo da tecno-intimidade	104
Em síntese	111
Para uma outra sociologia dos <i>media</i>	111

Segunda Parte:	
Do triunfo do jornalismo ao embaraço dos jornalistas	115
Introdução.....	117
Capítulo 4: Um <i>métier</i> ferido pela escrita dos dias	119
Contra o jornalismo e os jornalistas	119
Um produto da urgência dos dias	129
Capítulo 5: O jornalismo como archote ou ainda a ideia de poder	143
As afinidades da palavra com o poder	143
Da legitimidade para informar	147
Sobre as afinidades do jornalismo com o poder.....	156
No reencontro com as teorias do poder	161
Para uma nova teoria: o jornalismo como poder constituinte	168
Capítulo 6: Da fragilidade de ser jornalista.....	173
O triunfo da informação.....	173
Pela informação, contra a comunicação.....	176
“Informação-mercadoria”: garantia económica ou prostração? ...	179
O jornalismo vítima dos jornalistas?	185
“Jornalista do cidadão”: ferramenta ou ameaça?	188
Em síntese	193
Jornalistas, “heróis frágeis da modernidade”	193
Terceira Parte:	
Metajornalismo... ou quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso	197
Introdução.....	199
Capítulo 7: O imperativo ético	201
Moral, ética e deontologia.....	201
Da ética do discurso ao discurso da ética.....	203
Ética jornalística	209
Sobre os princípios da deontologia jornalística	214
Da insuficiência do imperativo ético transcendental à apologia de uma ética tensional	221

Capítulo 8: E se o jornalismo também for notícia?	225
Notícias do jornalismo	225
Um caso... de críticas ímpias?.....	230
Jornalistas em <i>acto de contrição</i> ?.....	237
Jornalismo em causa própria	246
Informar sobre a informação	265
Capítulo 9: O imperativo metapolítico	257
O princípio de imputabilidade.....	257
Um provedor entre os jornais e os leitores	262
Um provedor por detrás dos ecrãs	268
Metajornalismo ou o imperativo metapolítico.....	275
Em síntese	279
De sujeito a objecto de crítica... ..	279
Conclusões: Uma prática adjuvante da cidadania	281
Referências Bibliográficas	289

PREFÁCIO

Jornalismo e sonho de comunidade

Moisés de Lemos Martins*

O jornalismo tem como razão de ser o exercício da cidadania e a construção da memória pública, apenas se justificando como capacitação para uma prática mais sustentada de participação cívica. O jornalismo tem, assim, um vínculo declarado ao espaço público, que ajuda a construir, e com os valores que sustentam a ordem democrática, sendo esses valores a liberdade, a justiça social, a equidade e o bem público, valores de cidadania, em função dos quais é possível aferir a qualidade do ambiente simbólico de uma democracia.

Muitos são, no entanto, aqueles que hoje colocam em dúvida a capacidade do jornalismo para cumprir a sua razão de ser e realizar a sua tarefa. Há mesmo quem endosse ao jornalismo a responsabilidade pelos sentimentos de nostalgia, que se exprimem nas sociedades contemporâneas, por uma “mítica idade de ouro” da participação cívica, uma idade que se identificaria com os tempos iniciais e heróicos desta profissão.

O jornalismo é uma prática discursiva, que funda o espaço público alargado, não sendo possível dissociar experiência colectiva e discurso. Mas nos dias de hoje dificilmente a palavra é habitada por qualquer esperança, nada parecendo prometer, embora tenha sido no Ocidente fatora de civilização, e mais do que isso, dê forma ao nosso mito fundamental, um mito simultaneamente judaico-cristão e greco-latino, com o *logos*, que é palavra, a ser igualmente razão. O jornalismo vem destas origens e funda o espaço público como um espaço de palavra cívica: de comprometimento, e não de compromisso; de combatividade, e não de atonia; de desassossego crítico, e não de acomodação; de diversidade que afirme diferenças e se constitua tanto pelo consenso como pelo dissenso, e não de homogeneidade que aplane diferenças e tudo empape numa indistinção consensual.

Por outro lado, são conhecidas as fatais convivências do jornalismo com os poderes políticos e económicos, a ponto de se poder dizer que o jornalismo é uma prática que autoriza a apropriação do espaço público pelos

* Investigador do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS).
moiseslmartins@gmail.com

mais variados grupos de interesses. Tem-se falado, neste contexto, de crise do jornalismo, com a adulteração das suas práticas.

Estas são as tutelas conhecidas do jornalismo e foram particularmente postas a nu por Karl Krauss, em Viena, no começo do século XX, como bem analisa Madalena Oliveira. Mas entretanto outras tutelas se lhes têm juntado. O jornalismo parece de facto fascinado pela “sensologia” (Perniola), uma maquinação emocional, na era das máquinas informáticas. Por essa razão, ouvimos falar agora de efervescência mediática e de estratégia euforizante dos *media*, com o efeito geral de um adormecimento cívico.

A dúvida sobre as reais capacidades do jornalismo para “adjuvar a cidadania” e para construir a memória da vida pública tem boas razões para se exprimir e subsistir. Mas também podemos colocar a hipótese contrária da conjugação de esforços entre o jornalismo, tal como foi constituído nos séculos XIX e XX, e as novas tecnologias da informação e comunicação, para modelar o espaço público, tendo em vista uma maior intervenção dos cidadãos na vida colectiva, com a profissão a ser disputada por novos actores, que emergem, por exemplo, nos blogues e nas redes sociais electrónicas.

O propósito de Madalena Oliveira expresso neste livro é construtivista, com o jornalismo a ser encarado como uma prática de construção do real, ela própria construída socialmente. Pretende esta autora refundar o jornalismo no “metajornalismo”, uma categoria crítica, que refaz o jornalismo no pensamento. Esta proposta tem uma natureza política, no sentido que é dado à política por José Bragança de Miranda, de “resposta milenar a uma situação de perigo”. O metajornalismo traduz, com efeito, a injunção política de mergulharmos na imanência e de respondermos, aqui e agora, à situação de urgência do nosso confronto com as coisas que vemos e com os outros com quem temos que ver.

A categoria crítica do metajornalismo não exprime, no entanto, um qualquer transcendentalismo a que a prática jornalística deva estar sujeita. Madalena Oliveira decide-se antes pela proposta de uma “pragmática sociológica”, inspirada em Pierre Bourdieu, projectando o jornalismo como um espaço de disputa simbólica, onde se jogam assimétricas forças sociais, culturais, políticas, económicas, e outras, relativas à distinta força que os actores sociais têm dentro de um campo social específico, onde se entrecrocavam distintas posições sociais. É através desta pragmática sociológica, um outro modo de formular o metajornalismo, que a autora vê ser possível, não apenas o escrutínio das condições de possibilidade ou de constituição da prática jornalística, como também o combate “aos abatimentos morais e aos cansaços do discurso mediático”.

Madalena Oliveira aventurou-se por um propósito difícil e arriscado. O seu ponto de partida é a crise da cultura, de que decorre a crise dos

universais, com a conseqüente crise da razão, do sentido histórico, da cidadania, enfim, da democracia. A época, nos termos em que é concebida, é a época do fim. E o jornalismo diria este sentimento de época, um sentimento de crise, e aprofundá-lo-ia.

Pronunciando-se sobre a crise irremível do moderno, Michel Maffesoli tem insistido na “transfiguração do político”, não mais a *polis* e a cidadania, o sentido colectivo, que constituiria um gregarismo, mas a tribo, “uma política de proximidade”. Quer isto dizer que o “estar junto” comunitário não seria o espaço público da ágora, com *media*, assembleias de cidadãos, partidos e sindicatos. Seria antes a tribo, uma comunidade emocional, de afecções electivas.

Há quem possa entender como “saturado”, para utilizar uma expressão de Sorokin, o léxico que constitui o objecto de estudo de Madalena Oliveira: cidadania, política, ética, deontologia, regulação, democracia. E também os sintagmas nominais “espaço público” e “responsabilidade social”. A própria Madalena Oliveira se lhes refere assinalando a sua grande “erosão”. Por esta razão, o jornalismo e os seus actores são uma realidade frágil. “Heróis frágeis da modernidade”, assim se referiu Dominique Wolton aos jornalistas. E, com efeito, é frágil o discurso da cidadania, quando os cidadãos amolecem e a cota da participação cívica regista valores diminutos. Mas a proposta que nos é apresentada por Madalena Oliveira é a de um combate pela capacitação dos cidadãos para a participação, através do reforço da atitude crítica e reflexiva. Em seu entender, o metajornalismo é uma “prática adjuvante da cidadania”, o que quer dizer, uma saída política para a crise.

Nesta saída política para a crise do jornalismo existe a grandeza ética de um propósito tensional, e não transcendental. Não se trata, pois, de procurarmos a solução na ética das grandes sínteses redentoras, nem mesmo na ética renovada, de inspiração kantiana, da “teoria da acção comunicativa” de Apel e Habermas, ou então da ética dialógica de Francis Jacques. O fundacionalismo, o logocentrismo e o monoteísmo, expressos pelo clássico regime de valores convocado pelo jornalismo, a saber, “a objectividade, a verdade e a neutralidade”, não respondem à crise, antes a cancelam, normalizando a existência. O sentido ético que Madalena Oliveira confere ao jornalismo é meramente tensional, fundado na experiência de uma existência “in actu”, como a entende Nietzsche, e é imposta pela iminente situação de perigo em que nos encontramos, uma situação que nos convoca a um combate urgente de cidadania contra a apatia e a atonia.

A ética tensional faz supor a adopção de uma atitude modesta perante o conhecimento social, uma atitude que exprime a nossa actual condição, estilhaçados que estamos pela queda dos universais, pela mobilização tec-

nológica, e também pela impotência diante das actuais lógicas globalizantes das tecnologias da informação, que segregam o controlo. No entanto, perante a hemorragia permanente do sentido, com o humano a viver uma condição fragmentária, nomádica, intranquila e desordenada, Madalena Oliveira bate-se energicamente pela utopia do pensamento, um sonho de modernidade, sem dúvida a contra-ciclo das teorias da emancipação, mas que se ergue diante da nova cinética que se assenhoreia do mundo e nos mobiliza para o mercado global como indivíduos empregáveis, competitivos e performantes.

Este imperativo político é concretizado através de uma pragmática multiforme, que se cumpre numa razão escrutinadora (“accountability” é a expressão inglesa). Trata-se de prestar contas aos públicos, ao mercado e à própria classe jornalística, num confronto permanente entre a prática jornalística e as expectativas do público, expectativas essas que correspondem, aliás, às exigências de cada época. Habita este propósito uma utopia moderna, um combate pela cidadania, o que significa um combate pela democracia. Concretizando esta utopia, Madalena Oliveira projecta o jornalismo como “uma prática de desocultação”, através de “lances de linguagem” (Lyotard), naquilo que entende constituir uma “tarefa central à democracia”.

Como assinalámos, a autora não vê que esta razão escrutinadora possa exercer-se em nome de um propósito transcendental, expresso numa codificação ética que controle ou cancele a crise, sem todavia a resolver. Por outro lado, também a deontologia profissional lhe parece um propósito de perna curta, dado o risco de a “moral profissional” quase sempre se esgotar numa dogmática. Mas se a auto-regulação não a convence, a hetero-regulação não lhe dá maiores garantias: a auto-regulação, por trazer no bojo o risco do autismo e do ensimesmamento; a hetero-regulação, por ameaçar com a censura, ou então com a governamentalização.

O escrutínio do jornalismo não pode contrariar, com efeito, a natureza desta profissão, que é a de uma insurgência reflexiva contra os estados de poder, que se produzem e cristalizam, por um lado na constituição das empresas dos *media* (fusões, aquisições, lançamentos e acordos), por outro na produção, difusão e circulação das notícias, e ainda, na grande viragem tecnológica, que tanto permite a globalização das economias e a transmissão planetária das culturas, como a emergência das novas legitimidades profissionais, que se estabelecem, por exemplo, nos blogues e nas redes sociais electrónicas. No que diz respeito especificamente às tecnologias, sabemos, por exemplo, que elas não garantem, por si sós, novas práticas sociais. Não é a questão técnica que é decisiva, e sim a questão cultural.

Já o referimos, o campo jornalístico é um campo complexo, mas decisivo para o exercício da cidadania e a construção da memória da vida pública. No entanto, sabemos quão difícil é o seu escrutínio democrático, entre outras razões, pela ligação umbilical que o Estado mantém com os sistemas mediáticos, mas também pelo corporativismo dos seus agentes, e ainda pelos muitos interesses que o percorrem, interesses políticos, económicos e outros, que a todo o tempo ameaçam jugulá-lo, instrumentalizando-o.

Metajornalismo – Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso amadureceu à investigadora, com proporção e equilíbrio, na árvore ridente dos frutos de Primavera, onde a sua mão os colheu com trabalho e alegria. O vocabulário e a sintaxe da autora movem-se na sóbria margem de uma escrita elegante e são instrumentos de expressão ávida de justiça e seriedade. Madalena Oliveira trabalha num patamar elevado da prática científica, num registo de nitidez filosófica e cunho literário. A investigadora que nesta obra se revela é dadivosa. Projecta o jornalismo para um sonho de comunidade, o sonho de uma utopia do pensamento, em permanente tensão com os abalos do mundo e escrutinada publicamente, uma utopia que se decide num espaço radicalmente aberto pela ideia de liberdade, tendo a justiça como seu efeito.